

22/11/2001

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. NÉRI DA SILVEIRA
IMPETRANTES: SANDRA REGINA DAVANÇO E OUTRA
ADVOGADOS: RODRIGO MONTEIRO AUGUSTO E OUTROS
IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
(CPI DO ROUBO DE CARGAS)

EMENTA:- Mandado de segurança, contra ato praticado pelo Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito De Roubo de Cargas, consistente no Requerimento n.º 42, destinado à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das Impetrantes, aprovado por unanimidade em 27 de abril de 2001. 2. Informações requisitadas. Cautelar indeferida. 3. Parecer da P.G.R. pela denegação do mandado de segurança. 4. Constatada e comprovada a necessidade da medida extraordinária. Indícios já existentes nos autos da CPI e de conhecimento daquele órgão. 5. Alegando-se falta de fundamentação do ato da CPI, o limite de exame da matéria, nesta via, fica circunscrito à verificação de existir, ou não, no decisum parlamentar, apoio em elementos tidos pelo órgão coator como bastantes ao decreto de quebra de sigilo que adotou. 6. Mandado de segurança indeferido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministro do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, preliminarmente, por unanimidade, indeferir a segurança.

Brasília, 22 de novembro de 2001.

MINISTRO MARCO AURÉLIO - PRESIDENTE

José Néri da Silveira
MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA - RELATOR



MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8 DISTRITO FEDERAL

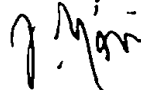
RELATOR : MIN. NÉRI DA SILVEIRA
IMPETRANTES: SANDRA REGINA DAVANÇO E OUTRA
ADVOGADOS: RODRIGO MONTEIRO AUGUSTO E OUTROS
IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
(CPI DO ROUBO DE CARGAS)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA - (Relator): Sandra Regina Davanço e Débora Aparecida Gonçalves ajuizaram o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Roubo e Receptação de Cargas consubstanciado no Requerimento nº 42/2001, aprovado na 4ª Reunião realizada pela mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito, em 27.03.2001, que quebrou os sigilos bancário, fiscal e telefônico das impetrantes.

Sustentam que o atacado Requerimento nº 42/2001 não possui nenhum indício que as envolvam com o "roubo e a receptação de cargas, não traz ou indica provas que possam comprometê-las, carece de fundamentação, enfim, são afirmações lançadas a esmo, as quais não podem de forma alguma justificar tamanha intromissão" nas suas vidas (fls. 5).

Entendem que "restaram flagrantemente violados seus sigilos bancários, fiscais e telefônicos, a despeito de expressamente amparado pela Constituição Federal, art. 5º, inciso X", bem como que "o ato objurgado não encontra menor respaldo no normativo constitucional (art. 58, § 3º), tampouco na legislação infraconstitucional e jurisprudência ou ainda mesmo no quadro circunstancial fático" (fls. 6). Acrescentam que "a deliberação registrada sob o nº 42 não possui nenhuma fundamentação" como exige o artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.



Preliminarmente, solicitei informações para decidir sobre o pedido de liminar (fls. 43).

O Senador Romeu Tuma, Presidente da Comissão Parlamentar Mista, criada por meio do Requerimento nº 23, de 2000 - Congresso Nacional, com a finalidade de "apurar em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas", prestou as informações constantes de folhas 55/70. Após tecer considerações sobre os poderes investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito defendeu estarem presentes todos os requisitos para a decretação de quebra de sigilo das impetrantes, nos seguintes termos que destaco das informações prestadas:

" Os poderes investigatórios do Parlamento não são deferidos pela Constituição Federal de modo desprovido de qualquer finalidade relevante, ou apenas, como grita o impetrante, para suprimir direitos das impetrantes, baseados em meras suspeitas.

Não pode ocorrer que seja a presente ação apreciada como se estivesse em jogo - como querem os autores - apenas os interesses individuais das impetrantes confrontados com arbítrio por parte dos Senadores.

Definitivamente, não é isso que ocorre; o que está posto ao julgamento deste Colendo Tribunal são os interesses individuais das impetrantes sopesados com direitos, interesses e aspirações mais nobres da sociedade, através de seus legítimos representantes.

É claro que a correta observância aos direitos individuais não representa óbice indevido à atuação

MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8 DISTRITO FEDERAL

do Estado ou de qualquer de seus Poderes; nem jamais o representaria a atuação do Colendo Supremo Tribunal Federal, no desempenho de seu nobre mister constitucional, exigindo o cumprimento de requisitos necessários à legitimação do atos que excepcionalizem direitos individuais.

Acerca da possibilidade da excepcionalização desses direitos - seria até desnecessário lembrar -, não são eles absolutos; a proteção aos interesses individuais é verdadeiro corolário do próprio interesse público; assim, interessa à sociedade que a pessoas tenham sua individualidade, sua privacidade, seus interesses individuais lícitos assegurados pelo Estado. A proteção aos interesses individuais é, portanto, verdadeira criatura do interesse público.

E, como toda criatura não se pode voltar ilicitamente contra e vencer o criador, não pode o direito permitir que o interesse individual sobreponha-se ao interesse público, havendo de a este prestigiar quando verificado o conflito.

Ciente disso, o Colendo Supremo Tribunal Federal tem-se orientado no sentido de que é plenamente possível às Comissões Parlamentares de Inquérito determinarem aos órgãos competentes que lhe encaminhem informações sigilosas, como, por exemplo, dados bancários, fiscais e telefônicos.

Para tanto, pondera aquele Tribunal Maior, que se exige das Comissões Parlamentares de Inquérito o dever de fundamentar suas decisões, o que também se coloca aos órgãos judiciais nas decisões similares, de acordo com o art. 93, inciso X, da Constituição Federal, não servindo a natureza política das Comissões Parlamentares de Inquérito para eximi-las

MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8 DISTRITO FEDERAL

dessa exigência condizente com a própria noção de Estado de Direito.


Entretanto, não se pode impor a uma Comissão Parlamentar de Inquérito a mesma tecnicidade jurídica que se reclama dos órgãos judiciais, sempre composto por especialistas dos mais gabaritados, sob pena de se inviabilizar os trabalhos dessas Comissões e, desse modo, obstar-se a realização de direitos inquestionáveis da sociedade.

A natureza política dos comitês investigatórios do parlamento, se não serve para eximi-los do dever de fundamentar suas decisões de quebra de sigilo, serve, ao menos, para mitigar o tecnicismo jurídico a se exigir dessas decisões, tomadas, na maioria das vezes, em sessões, nas quais não há o assessoramento jurídico necessário para tanto.

Veja-se, no entanto, que no caso em exame a decisão foi fundamentada, embora de forma sucinta (Requerimento nº 42, de 27 de março de 2001), nos seguintes termos:

'Requeiro, nos termos regimentais, as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico, das pessoas naturais e jurídicas abaixo descritas, todas relacionadas direta ou indiretamente com empresas suspeitas de irregularidades no tocante a receptação de cargas ou de carretas roubadas...'

Posteriormente, em 17 de abril de 2001, a CPMI voltou a deliberar sobre as quebras de sigilos das impetrantes (Requerimento nº 46), também integrantes



MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8 DISTRITO FEDERAL

do rol de pessoas referidas no Requerimento nº 42, acima mencionado.

O Requerimento nº 46, de 2001, foi deferido sob a seguinte fundamentação:

'Requeiro, nos termos regimentais, as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas naturais e jurídicas a seguir relacionadas, tendo em vista evidências de crimes de receptação de cargas roubadas, formação de quadrilha, falsidade ideológica, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, praticadas na comercialização de combustíveis e cigarro, irregularidades cometidas sob orientação do titular oculto da PETROFORTE BRASILEIRO PETRÓLEO LTDA, de São Paulo, Senhor ARI NATALINO DA SILVA, utilizando grande número de pessoas como supostos donos de empresas, vulgarmente conhecidos por 'laranjas' como meio de ludibriar a ação das autoridades administrativas, policiais e judiciárias competentes:...'.

Assim, é de ver que a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico foi, embora sucinta, devidamente fundamentada, quer fática, quer juridicamente. A justificação dada ao Requerimento nº 46, de 2001 emenda a sucinta justificação constante do Requerimento nº 42, também de 2001. Foram indicados os fatos que basearam a decretação da quebra do sigilo bancário, qual seja, as relações diretas ou indiretas das impetrantes com empresas suspeitas de irregularidades no tocante à receptação de cargas ou

MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8 DISTRITO FEDERAL

carretas roubadas. Foram ainda indicados os fundamentos jurídicos que embasaram os requerimentos, quais sejam, os dispositivos dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado que norteiam o tema.

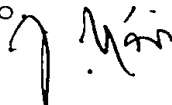
Nesse sentido, preceitua o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal: 'No exercício de suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprio das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.' (fls. 60/63)

Assevera o impetrado que o "o motivo propulsor" da quebra dos sigilos foi o ocorrência de "indícios e fundada suspeita de que as impetrantes estariam direta ou indiretamente relacionadas com empresas suspeitas de irregularidades no tocante à receptação de cargas ou carretas roubadas" (fls. 66).

Às folhas 90/91, compreendi que, em situação como a dos autos, não cabia, desde logo, suspender o ato impugnado porque desfundamentada a decisão da CPI, enquanto órgão de investigação, e indeferi a cautelar.

A Procuradoria-Geral da República, em seu parecer de folhas 94/98, opinou pela denegação do mandado de segurança.

É o relatório



V O T O

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA (RELATOR): -

O mandado de segurança foi ajuizado a 3 de agosto do ano em curso (fls. 2). Ataca-se a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico das impetrantes resultante do Requerimento nº 42, de 27.3.2001, do Presidente da CPMI destinada a apurar o roubo e a receptação de cargas, aprovado na mesma data (fls. 23). Alega-se, entretanto, que o conhecimento desse ato somente ocorreu "por meio da imprensa oficiosa, em 06.04.01" (fls. 3), em reportagem do jornal "O Estado de São Paulo". Duvidosa se faz a tempestividade da impetração, tendo em conta serem publicados no Diário do Congresso Nacional os atos das CPI's e suas deliberações.

Espanca-se, entretanto, essa dúvida quanto à caducidade do direito a requerer mandado de segurança, tendo em conta que a quebra dos sigilos indicados das impetrantes renovou-se em virtude de deliberação da CPI, quando aprovou em 17.4.2001, novo requerimento de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das impetrantes, juntamente com outros, em virtude do Requerimento nº 46/01, subscrito pelo Deputado Mário Negromonte e outros membros da CPMI em foco (fls. 75/77), antes, portanto, do ajuizamento do pedido inicial, que não faz, entretanto, menção a esse ato, nem o impugna.

O último dos Requerimentos, o de número 46 possui este teor (fls. 75/77), verbis:

"Requeiro, nos termos regimentais, as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas

7

J. Néri

naturais e jurídicas a seguir relacionadas, tendo em vista evidências de crimes de receptação de cargas roubadas, formação de quadrilha, falsidade ideológica, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, praticadas na comercialização de combustíveis e cigarros, irregularidades cometidas sob orientação do titular oculto da PETROFORTE BRASILEIRO PETRÓLEO LTDA, de São Paulo, Senhor ARI NATALINO DA SILVA, utilizando grande número de pessoas como supostos donos de empresas, vulgarmente conhecidos por "laranjas", como meio de ludibriar a ação das autoridades administrativas, policiais e judiciárias competentes:

AIRTON DE FREITAS, RG 5.991.361, CPF 715.839.128-00 (é caseiro do sítio de ARI NATALINO DA SILVA, constando como sócio de várias empresas).

DÉBORA APARECIDA GONÇALVES, RG 21.383.824, CPF 104.070.918-40, seria a atual esposa de ARI NATALINO DA SILVA, sócia em várias empresas.

HERICK DA SILVA, RG 278.156.101, CPF 273.403.438-73, filho de ARI NATALINO DA SILVA, sócio de diversas empresas.

ADJAMIR SIMÕES FERREIRA, RG 6.867.596-3, ex-empregado e procurador de ARI NATALINO DA SILVA.

MÁRCIO NATEL, RG 7.501.661/29, diretor da PETROFORTE LTDA.

APARECIDA MARIA PESSUTO, RG 8.409.864, CPF 200.517.908-66, ex-esposa e sócia de ARI NATALINO DA SILVA.

SANDRA REGINA DAVANCO, RG 20.627.593, CPF 141.151.608-99, empregada de ARI NATALINO DA SILVA, sócia de várias empresas.

RAFAEL FIESTAS GARCIA, RG 213.045, CPF 649.122.648-49, empregado de ARI NATALINO DA SILVA, sócio de diversas empresas.

YOSHIKA KOMODA, RG 5.590.804, CPF 431.656.138-34, empregada de ARI NATALINO DA SILVA, sócia de várias empresas.

MANDADO DE SEGURANÇA**Nº 24.028-8 - DISTRITO FEDERAL**

ANTONIO PEDRO RODRIGUES SOUZA ROCHA, RG 358.526, CPF 013.758.878-07, empregado de ARI NATALINO DA SILVA, sócio e empresas.

PETER PESSUTO, RG 255.967.761, CPF 25.371.325.808, parente da ex-esposa de ARI NATALINO DA SILVA, sócio de empresas.

MARCIA APARECIDA GONÇALVES MACHADO, CPF 059.484.498-31, esposa de um ex-despachante de ARI NATALINO DA SILVA, falecido.

CARLOS ALBERTO FECCHIO, RG 03.640.722-7, ex-empregado e ex-procurador de ARI NATALINO DA SILVA.

LEVI LUIZ SILVA FIGUEIREDO, CPF 28.822.250.753, RG 2.130.988, Procurador da PETROFORTE e de pessoa com nome fictício.

HELENO DUARTE LOPES, RG 2.628.248-SSP/SP, CPF 411.341.928-00, Procurador de ARI NATALINO DA SILVA, abriu empresas em nome de sócio fictício.

HUMBERTO DUARTE LOPES, RG 1.407.747, CPF 215.303.498-18, pessoa falecida há vários anos, cujo nome vem sendo usado na abertura de empresas e na movimentação de contas bancárias de interesse do grupo.

LEONTINA APARECIDA BASTELLI, RG 11.290.74, CPF 849.428.788-53, empregada de ARI NATALINO DA SILVA, sócia de várias empresas.

ARI NATALINO DA SILVA, RG 10.303.115, CPF 774.851.068-72, verdadeiro dono da PETROFORTE BRASILEIRO PETRÓLEO LTDA, e líder do grupo.

ITABA IND. DE TABACO BRASILEIRA LTDA, CNPJ 02750676/0001-28, empresa recentemente criada por prepostos de ARI NATALINO DA SILVA para atuação ramo de cigarros, área de grande e cargas e de sonegação fiscal.

RESIPETROS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ 01529210/0001-34, nova empresa criada pelo grupo, para substituir a marca PETROFORTE.

PETROFORT BRASILEIRO PETRÓLEO LTDA., CNPJ
96288881/0001-67, principal empresa do grupo."

Ao opinar pela denegação do writ, o Dr. Procurador-Geral da República sustentou estar "devidamente constatada e comprovada a necessidade e a adequada fundamentação dessa medida extraordinária, uma vez que as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação vinculados a produção de meros indícios de causa provável que legitime a medida excepcional, hipótese essa a dos presentes autos", nestes termos (fls. 114/118):

"5. Assim, a questão a ser enfrentada no mérito deste mandamus pode ser resumida na seguinte indagação: têm as comissões parlamentares de inquérito poderes para determinar a quebra do sigilo fiscal com a devida fundamentação? A resposta, parece-me, deve ser positiva.

6. O sigilo bancário e fiscal, bem como o sigilo dos registros de ligações telefônicas já realizadas, encontram a sua fundamentação no direito à privacidade, inscrito no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, dispositivo este que não prevê expressamente a exclusividade de ordem judicial para que seja a inviolabilidade da vida privada afastada. Daí ser correto o entendimento de que aquelas espécies de sigilos podem ser quebrados pelas comissões parlamentares de inquérito que têm 'poderes de investigação próprios das autoridades judiciais'.

7. Importante notar, outrossim, que o poder de a comissão parlamentar de inquérito determinar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, como derivação dos 'poderes de investigação próprios das autoridades judiciais', não afasta a aplicação em relação às comissões da exigência imposta aos magistrados pelo art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

8. Por meio desse dispositivo impõe a Constituição Federal aos juizes o dever de fundamentar 'todas as decisões, sob pena de nulidade'. Parece-me evidente que o texto constitucional, ao conferir às comissões parlamentares de inquérito os poderes de investigação dos órgãos jurisdicionais, também estendeu a

elas a obrigação de fundamentarem as decisões quando estão a exercer aqueles poderes. A Constituição Federal realmente deu os poderes (art. 58, § 3º), mas os concedeu com as limitações a eles inerentes (art. 93, inciso IX).

9. Verifica-se na hipótese ora examinada que o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das impetrantes foi devidamente fundamentado e motivado, como se depreende da análise das justificações presentes no Requerimento nº 42, acostado aos autos a fls. 18/21. Nota-se, portanto, que a quebra dos sigilos de Sandra Regina Davanço e Débora Aparecida Gonçalves foi requerida pela autoridade coatora em função de as impetrantes estarem diretamente relacionadas com empresas suspeitas de irregularidades no tocante a receptação de cargas ou de carretas roubadas.

10. Consta no requerimento acostado aos autos pelas próprias impetrantes (fls. 19) que a primeira seria empregada da Petroforte, com várias dezenas de pessoas em seu nome, todas registradas na Junta Comercial de São Paulo, citando-se inclusive os respectivos endereços. No tocante à segunda impetrante, também diz o requerimento ser ela empregada da empresa Petroforte, possuindo outras empresas em seu nome, cujos endereços seguem relacionados.

11. Portanto, tendo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Roubo e Recepção de Cargas demonstrado meros indícios da existência de causa provável que legitime a medida excepcional, justificando a necessidade de sua efetivação, entende-se presente a **'probable cause'** para invocar a doutrina equivalente no Direito Constitucional Comparado e na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana, não tendo que se falar em nulidade do ato atacado por ausência de fundamentação.

12. Dessa forma, restou devidamente constatada e comprovada a necessidade e a adequada fundamentação dessa medida extraordinária, uma vez que as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação vinculados a produção de meros indícios de causa provável que legitime a medida excepcional, hipótese essa a dos presentes autos. Desse modo, não se exige a apresentação de indícios de crimes praticados por quem terá seu sigilo investigado, mas, tão somente - como registrou o Colendo Supremo Tribunal Federal -, a existência de causa provável, que pode ou não representar uma infração penal. Esse entendimento deriva da própria finalidade das

investigações de uma comissão parlamentar de inquérito, que não se confunde com a apuração de crimes.

13. Nesse sentido, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgando à unanimidade o Mandado de Segurança nº 23.452/DF cujo relator foi o eminente Ministro Celso de Mello, publicado no DJ de 12 de maio de 2000, entendeu que:

' (...)

A QUEBRA DO SIGILO CONSTITUI PODER INERENTE À COMPETÊNCIA INVESTIGATÓRIA DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

(...)

As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV).

(...)'"

O entendimento segundo o qual o ato tido como coator deva ser fundamentado adotei-o ao despachar, liminarmente, às fls. 111/112, verbis:

"Não é possível, no âmbito de apreciação da matéria, em cautelar, afirmar que o ato impugnado não possui motivação prévia.

2. De fato, examinando o Requerimento nº 42/2001, às folhas 18/21, verifica-se ter sido apresentado como justificativa o fato de as impetrantes estarem "relacionadas direta ou indiretamente com empresas suspeitas de irregularidades no tocante a recepção de cargas ou de carretas roubadas".

Acrescentou-se no referido Requerimento nº 42/2001, que as impetrantes, empregadas da empresa PETROFORTE, teriam "várias empresas" registradas em seus nomes, conforme dados constantes na Junta Comercial de São Paulo.

3. As informações prestadas pelo Presidente da "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar o roubo e a receptação de cargas, asseveram que "a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico foi, embora sucinta, devidamente fundamentada, quer fática, quer juridicamente". Nessa linha, destaca o Presidente da Comissão indigitada coatora que "foram indicados os fatos que basearam a decretação do sigilo bancário, qual seja, as relações diretas ou indiretas das impetrantes com empresas suspeitas de irregularidades no tocante à receptação de cargas ou carretas roubadas", e que "foram, ainda, indicados os fundamentos jurídicos que embasaram os requerimentos, quais sejam, os dispositivos dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado que norteiam o tema" (fls. 62).

4. Não cabe, é certo, aqui, qualquer juízo sobre o mérito de tais informações: se procedentes ou não. Certo está, todavia, que o fato apresentado como justificativa para o requerimento veio a ser objeto de conhecimento e início de apuração pela CPI, em momento anterior ao pedido de quebra do sigilo a que se refere a inicial.

5. Compreendo, assim, que, em situação como a dos autos, não cabe, desde logo, suspender o ato impugnado, porque desfundamentada a decisão da CPI, enquanto órgão de investigação.

6. Cumprirá, ao ensejo do julgamento final do mérito do mandado de segurança, apreciar, então, o conteúdo da documentação encaminhada pela CPI.

7. Do exposto, indefiro a liminar.

8. Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República.

9. Publique-se."

Acresce, na espécie, observar que novo pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das impetrantes ocorreu, a 17.4.2001, com explicitação ainda maior dos motivos da providência da CPMI em foco, como referi acima.

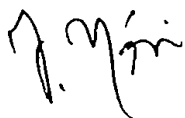
É de observar, assim, que tive em conta, na espécie, que o requerimento de quebra do sigilo se baseara em elementos de prova já existentes nos autos da CPI e de conhecimento daquele órgão. A quaestio juris que, desse modo, se propõe concerne à necessidade, ou não, em se tratando de decisão de CPI, de essa incorporar, desde logo, em sua deliberação, o que está nos autos e serve à formação de seu convencimento, ou se bastante a ela se referir, considerando-se a natureza do órgão e sua forma de funcionamento.

A compreensão que tenho, no ponto, adotado estabelece distinção de índole formal entre a decisão do magistrado que, no contexto da sentença, há de incorporar, de explícito, todos os elementos de sua convicção, e a da CPI, cuja fundamentação do decisum pode fazer-se com remissão ao que já está nos autos e é de seu conhecimento. Não serviriam elementos posteriores colhidos pela CPI a justificar ato anterior de quebra de sigilo, pois, então, esse seria, à época de edição, desfundamentado. Tenho entendido, porém, que a fundamentação da deliberação da CPI não fica sujeita à necessária exigência de formalidade contextual do ato jurisdicional stricto sensu.

Como acentuei no despacho em que indeferi a liminar, não cabia, na oportunidade, apreciar o mérito dos indícios que a CPI colheu, todos anteriores aos requerimentos de quebra dos sigilos bancário e fiscal. Por igual, compreendo que, impetrado o mandado de segurança, na espécie, alegando-se falta de fundamentação do ato da CPI, o limite de exame da matéria, nesta via, fica circunscrito à verificação de existir, ou não, no decisum parlamentar, apoio em elementos tidos pelo órgão coator como bastantes ao decreto de quebra de sigilo que adotou. Pois bem, em existindo esses elementos de prova nos quais a CPI se baseou, penso que não será possível, em mandado de segurança, discutir seu merecimento, para, a partir daí, julgar suficiente a fundamentação do ato impugnado. Não é o mandado

de segurança procedimento adequado ao exame de provas e fatos. Se esses indícios são verazes; se as testemunhas antes ouvidas pela CPI merecem credibilidade, ou não, compreendo não constituir a ação mandamental processo próprio a tal desate. O que incumbe, aqui, apreciar é se a decisão foi tomada sem base em indícios; não, porém, a qualidade dessas indícios.

Nesses limites de exame da matéria e acolhendo o parecer da Procuradoria-Geral da República, no ponto, indefiro o mandado de segurança.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA**MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.028-8**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. NÉRI DA SILVEIRA

IMPTES. : SANDRA REGINA DAVANÇO E OUTRA

ADVDO. : RODRIGO MONTEIRO AUGUSTO E OUTROS

IMPDO. : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
(CPI DO ROUBO DE CARGAS)

Decisão : O Tribunal indeferiu a segurança. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello, e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 22.11.2001.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Ellen Gracie.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.


Luiz Tomimatsu
Coordenador